

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Raquel Borges da Silva

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO
DOS ALUNOS NA ESCOLA**

Porto Alegre

2015

Raquel Borges da Silva

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO
DOS ALUNOS NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Maria Raquel Caetano

PORTO ALEGRE

2015

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de um aprofundamento da análise das ações do Projeto Intervenção implementadas durante o ano de 2015, em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, localizada no Município de Lajeado/RS, que tem como foco a participação dos alunos nas decisões e normas vigentes. Iniciei a pesquisa refletindo com o grupo gestor sobre os conflitos que vínhamos enfrentando e depois aplicando questionários para os alunos do 6º ano ao 9º ano, relacionado à participação e regras na escola. Para aprofundar o tema utilizei autores como Diaz Bordenave (1994) para entender o que é a participação. Apoiei-me, também em Paro (2011), o qual faz uma reflexão sobre a autonomia do educando, em uma pesquisa nas salas de aula, envolvendo alunos e professores. A pesquisa-ação foi uma forma de desenvolver o trabalho a fim de ouvir os alunos e aquilo que eles diziam, fazendo repensar as práticas utilizadas (de ter as regras concluídas, os alunos só ouvindo, sem poderem opinar), em que a participação nas decisões, na resolução de problemas e de conflitos passou a ter resultados mais significativos. Este trabalho já demonstrou uma dimensão do que pode ser feito com a participação dos alunos nas questões referentes às normas, aos conflitos entre alunos e professores, no entanto, é uma construção coletiva que deve ser feita de forma organizada e democrática.

Palavras-chave: gestão democrática. participação. alunos.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1.INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2.GESTÃO DEMOCRÁTICA – FUNDAMENTOS | 7 |
| 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS | 16 |
| 4. A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA ESCOLA..... | 18 |
| 4.1. A participação na ótica do aluno | 19 |
| 4.1.1. Como numa coreografia, onde todos precisam fazer direito..... | 20 |
| 4.1.2. Tomando atitude de querer participar | 21 |
| 4.1.3. Todos queremos uma escola boa..... | 22 |
| 4.1.4. Queria dar umas dicas para melhorar as regras..... | 24 |
| 4.1.5. Mas seria bom fazerem coisas cativantes | 25 |
| 4.2. REUNIÕES COM GRUPOS DE ALUNOS: OS RESULTADOS..... | 27 |
| 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... | 31 |
| 6. REFERÊNCIAS | 33 |

1. INTRODUÇÃO

Como professora do Ensino fundamental e atuando na vice direção de uma Escola Estadual de Lajeado – RS, busquei um suporte no curso de Especialização em Gestão Escolar para que a realidade vivida na escola pudesse ser repensada e melhorada, visto que não tínhamos como foco a participação dos alunos nas decisões e normas vigentes. No decorrer do curso foram sendo estudadas as leis que orientam a gestão democrática e as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar a fim de diminuir os conflitos existentes para o exercício da cidadania.

Percebi, pelas leituras realizadas, que havia um longo caminho a ser percorrido para chegarmos à gestão democrática: todos estavam habituados a um regime autoritário e que somente nos últimos anos vinha mudando gradativamente. Uma ou duas pessoas decidiam e as outras aceitavam, não tinham direito de opinar. Era um sistema opressivo, deixava os professores deprimidos e os alunos revoltados. Muitos não eram aceitos por não se enquadrarem no padrão vigente, apesar da garantia da lei do acesso a todos.

Quando iniciaram as mudanças, houve conflitos por parte de alguns professores que queriam os alunos sempre em silêncio, sem vez e voz; de outro lado, os alunos entendiam que estava tudo liberado, gerando confrontos.

Passamos a nos questionar, em nossos encontros de planejamento semanal, sobre as atitudes dos alunos na escola. Após a definição do foco a ser trabalhado, iniciei um trabalho com questionários para os alunos do 6º ano ao 9º ano, relacionado à participação e regras na escola.

Utilizei o texto de Diaz Bordenave (1994) para entender a participação, que consiste em uma “autogestão”, buscando a autonomia, onde cada um possa decidir o que é melhor para si e para a coletividade.

Apoiei-me, também em Paro (2011), o qual faz uma reflexão sobre a autonomia do educando, em uma pesquisa nas salas de aula, envolvendo alunos e professores, que auxiliou-me no trabalho da pesquisa-ação realizada na escola. A pesquisa-ação foi uma forma de desenvolver o trabalho a fim de ouvir os alunos e aquilo que eles diziam, fazendo repensar as práticas utilizadas (de ter as regras

elaboradas, sem a participação dos alunos); a participação nas decisões, na resolução de problemas e de conflitos passou a ter resultados mais significativos.

Este trabalho tem como objetivos: definir a participação dos alunos na escola como um dos requisitos da gestão democrática; compreender como ocorre a participação dos alunos no âmbito escolar; analisar, através de questionário, a visão dos alunos sobre participação; debater com os alunos sua participação na escola; argumentar, em conjunto, as mudanças a serem implementadas possibilitando a participação mais ampla.

Para contemplar os objetivos propostos, abordarei a participação na ótica dos alunos, e em cinco subcapítulos, a partir do questionário realizado analisarei o que os alunos entendem por participação, como está ocorrendo na escola, junto aos alunos, quem deve fazer as regras da escola, se eles gostariam de participar da construção das regras e as sugestões para melhorar a participação dos alunos. Analisarei os debates realizados com os alunos acerca da sua participação na escola e as mudanças sugeridas possibilitando a participação mais ampla.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA – FUNDAMENTOS

Este trabalho tem como referência a Gestão Democrática. A escola, no decorrer do tempo, assumiu funções diversas. É necessário definir a função da escola atual conforme a realidade brasileira. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206 está assegurada a gestão democrática da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 20 de dezembro de 1996 (Lei nº 9394/96) estabelece, em seu artigo 14 a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BORDIGNON, 2005, p. 5), o Plano Nacional de Educação (PNE) na Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Nota-se que os professores em sala de aula nem sempre tomam conhecimento das leis e sua importância para melhorar a participação e convivência, quando a Lei é realmente vivenciada.

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização [...] conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar, que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa. (VEIGA, 2013, p. 162)

Estamos inseridos num contexto de diversidades, onde todos têm direitos a fim de desenvolverem-se para que tenham plenas condições de exercer sua cidadania. Para tanto, utilizo a definição de Veiga (2013, p. 160) “a escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre os indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros”.

Neste contexto é preciso pensar que lá estão pessoas que têm ideias, vem de realidades distintas, trazem comportamentos que nem sempre são os mais aceitáveis, devido ao seu entorno ou às vivências. Cabe refletir que cidadão esta escola vai formar e o que deve ser trabalhado para contemplar esta formação.

Na realidade da escola, é necessário viver a gestão democrática, gestão no sentido “de levar sobre si, carregar, executar, gerar feitos ilustres, notáveis, nobres e corajosos” (CURY, 2005). A pessoa que está à frente de uma direção de escola tem a função, não só de gerenciar, mas administrar o que é público, dialogar, escutar e fazer junto, dando oportunidade para que todos se manifestem. Não se trata de uma administração autoritária em que uma pessoa determina e os outros fazem, ao contrário, os problemas devem ser discutidos e os diversos membros ouvidos.

Utilizo gestão também no sentido de gestar, germinar (CURY, 2005), assim se aprende o respeito, a autonomia para o pleno exercício da cidadania, ou seja, as pessoas, no convívio, devem aprender e apreender, carregar para si, o respeito pelo outro.

Abdian, Hernandez (2012) ajudam a entender democracia como uma condição em que as pessoas possam viver como sujeitos, ou seja, que tenham condições de criticidade e escolha, respeitando e ajudando os outros para que também sintam-se aptos a lutar por melhores condições de vida, por educação, trabalho e outros meios que lhes proporcionem o bem estar coletivo.

Cury (2005) situa de maneira clara a gestão democrática quando faz um retrospecto histórico da conquista da participação na gestão. Utiliza-se de Bobbio (1986) para dizer que se colocando em prática a democracia, a pessoa está exercendo a cidadania. Para isso, é importante, na formação dos cidadãos que passam pela escola, vivenciarem no cotidiano tal prática. No decorrer da história do Brasil, vemos que, no Golpe de 1964 instalou-se o autoritarismo baseado no “direito da força [...] o temor, a obediência e o dever suplantaram o respeito, o diálogo e o direito” (CURY, 2005). Através da organização, a população conseguiu derrubar o regime autoritário culminando com a Constituição de 1988 que foi amplamente discutida com a população, com um novo modo de pensar, “de administrar a coisa pública” (CURY, 2005).

Na escola, a gestão democrática requer a participação e a inclusão para que todos possam lutar por seus direitos, ao mesmo tempo, sentir-se-ão comprometidos, colaboradores e cuidadores do que é público. Alunos acostumados a obedecer sem

questionar, não estarão preparados para exercer a cidadania: recebem tudo pronto, não opinam, acham soluções fáceis e inadequadas ao convívio íntegro.

No princípio da gestão “é o diretor que, de acordo com a lei, responde, em última instância pelo bom funcionamento da escola” (PARO, 2010). A escolha democrática da equipe gestora da escola através da eleição direta é um mecanismo de participação envolvendo alunos, pais, professores e funcionários e atende a garantia da gestão democrática.

Por outro lado, a gestão de uma escola envolve muitas instâncias. Surge, então, o grande desafio: quando professores, estamos habilitados à missão cotidiana de ensinar e aprender na e para a sala de aula. Quando passamos a administrar vários grupos e demandas diversas, sem o suporte teórico, as escolhas tornam-se infundadas, inconsistentes em relação ao objetivo da gestão democrática. Conforme Veiga (2013), é necessário socializar a gestão democrática, ou seja, o gestor não é aquele que dita regras, ele deve ouvir e resolver os conflitos em conjunto, a fim de ajudar o grupo na busca da autonomia, desencadeando soluções adequadas para os problemas. O diretor passa a ter o “novo papel de líder da escola, legitimado democraticamente pelo voto de seus comandados, que exige dele maior apego aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, em contraposição ao poder do Estado.” (PARO, 1996)

Colocando-se em prática a democracia na escola, as pessoas estarão exercendo a cidadania. É pela democracia que se dá o envolvimento coletivo, a comunicação e o diálogo no ambiente escolar.

Assim como as pessoas têm o direito à escola pública, também devem participar da sua gestão em todos os sentidos, com a formação de conselhos. Os Conselhos Escolares auxiliam e opinam na parte pedagógica, na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, na parte financeira através das verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), na merenda escolar (PNAE) e outros assuntos administrativos.

Outros órgãos também atuam na escola como o Círculo de Pais e Mestres (CPM), o Grêmio Estudantil. Estas instâncias colegiadas fazem parte do cotidiano e cada vez mais, têm efetiva participação na tomada de decisões e na administração dos recursos. A administração é compartilhada, não cabendo ao gestor sozinho decidir ou elencar metas a serem alcançadas no decorrer do ano.

O Projeto Político Pedagógico é “o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas” (VEIGA, 2013), sendo um dos principais mecanismos da gestão democrática. Seu planejamento de forma participativa envolve a comunidade escolar.

É necessário que se afirme que o projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica. (VEIGA, 2009)

A escola, obrigatoriamente, conhecendo a realidade em que está inserida pode tratar as questões pertinentes àquele ambiente, com seus problemas, ideais e vivências. Consegue então ajudar na transformação e aperfeiçoamento dos cidadãos.

O tema do presente trabalho, a participação, foi conceituada através dos autores citados, de acordo com o que vínhamos analisando e estudando no curso. Analisei também os fatores que prejudicam a participação, os problemas vivenciados pelos alunos em sua trajetória escolar e seus conflitos.

A participação é um aspecto fundamental na gestão democrática. Medeiros, Luce, apoiadas em Bordenave (1994), colocam que “os cidadãos ao sentirem-se fazendo parte de uma nação ou grupo social, têm parte real na sua condução e por isso tomam parte na infundável construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte”. (2006).

Os alunos, quando não participam das decisões, ou da elaboração de regras, não as internalizam, descumprindo-as. No momento em que é solicitada a sua participação e que estão sendo ouvidos, inicia-se um processo de construção, argumenta-se, todos opinam até chegar ao resultado final. É um processo em que todos sentem-se participantes e pertencentes ao grupo.

A escola é o espaço onde se manifestam realidades distintas, em que os alunos trazem uma bagagem cultural, realizando trocas entre si, mas é também o espaço dos conflitos. Encontram-se ali pessoas que pensam das mais diversas maneiras, cada um com o seu conhecimento. além disso, as suas histórias de vida, seus modos de lazer, seus gostos e comportamentos muitas vezes são vistos como não desejáveis pela escola e por seus integrantes. (CAREGNATO, MEINERZ, p.5)

Nesse espaço deve brotar o respeito mútuo para que todos aprendam a respeitar as diferenças. Pensar a realidade em que a escola está inserida e conhecê-la, é um importante passo no atendimento às diferenças. De que adianta querermos que os alunos venham com todo o material, se não há ninguém que olhe por eles para que façam os temas. Muitas vezes organizam-se sozinhos, mal vendo os pais que trabalham o dia todo. “Assim, em uma espécie de complementaridade, encontra-se um velado enfrentamento da escola com a família, aparentemente diluído nos grandes projetos de participação e de parceria entre esses dois sistemas[...] (OLIVEIRA, 2010. p. 102)

Algumas crianças saem de casa muito cedo, pois, devido à distância e à segurança, vêm com transporte coletivo (vans ou topicks). Sendo a escola mantida pela rede estadual, não há transporte gratuito, cada família paga o deslocamento dos filhos. Há crianças que frequentam um Projeto (Projeto Vida – do município ou Projeto do SESI) no turno oposto, enquanto os pais trabalham. Outras, ficam em casa, sob os cuidados de avós, irmão ou mesmo sozinhas. Estes diferentes modos de cuidado fora da escola, refletem diretamente nos relacionamentos. Nota-se, nos alunos frequentadores dos Projetos, mais agressividade, vocabulário diferenciado (utilizam termos que ofendem os colegas e professores). Sua autodefesa evidencia-se em detrimento da harmonia na convivência.

O fenômeno da violência nas escolas [...] vem ganhando graves proporções [...] devemos considerar fenômenos como a globalização nos moldes de uma sociedade em que apresenta uma completa inversão de valores e a exclusão social. Encontramos [...] professores e alunos desvalorizados e conseqüentemente desmotivados. (Oliveira Neta, 2014, p. 82, 83)

A realidade dos relacionamentos reflete na escola, pois famílias que “possuem múltipla composição” (AZEVEDO, MENDONÇA, 2012, p. 8), mães separadas que enfrentam dura jornada de trabalho não conseguem cuidar e atender adequadamente os filhos. Percebe-se, nas conversas, a dificuldade de entender e acompanhar essa juventude tão diferente deles. As crianças e os adolescentes querem aparelhos eletrônicos cada vez mais modernos, precisam de dinheiro para comprá-los. Os pais sentem-se culpados pelo fato de passarem pouco tempo em casa, tentam suprir esta carência, cedendo aos apelos dos filhos. As necessidades

umentam e por isso trabalham mais, dificultando a convivência familiar. Os filhos encontram em outros locais, como a rua, formas de se ocuparem.

Surgem momentos em que mães ou pais vêm à escola, solicitados pela direção ou professores por atitudes inadequadas dos filhos. Devido às frágeis relações e o pouco conhecimento de suas responsabilidades, em seu desabafo, esses pais choram ao contar fatos de sua vida. Pensam encontrar na escola a atenção que deveria ser dada aos filhos por eles, dessa forma, omitindo-se de suas responsabilidades.

O reflexo desta realidade recai sobre a escola, quando os pais são chamados devido a atitudes de desrespeito por parte dos filhos, vem “armados”, “meu filho não é assim, não fez isso”. Silva coloca que “não raro nos deparamos com pais que se surpreendem diante de posturas assumidas pelos filhos na escola, como se estivessem conhecendo outras facetas de sua prole” (2009). Como são parciais, não conseguem dialogar com a escola, gerando outros problemas, até que essa barreira seja superada. “Configura-se, pois, a idealização por parte de vários sujeitos: professores, alunos, pais ou responsáveis depositam expectativas uns nos outros, gerando insatisfações e distanciamentos” (SILVA, 2010, p. 246). Nós, da equipe gestora temos que estar atentos, tendo esse olhar de distanciamento para poder ajudar. No entanto, em sala de aula, os professores nem sempre conseguiam perceber as diferentes realidades dos alunos e suas individualidades.

Conforme a ideia de Bombassaro (2013), é somente conhecendo as pessoas ao nosso redor que vamos entendendo seus modos de agir, sendo assim, passamos a respeitar o seu modo de relacionar-se com os outros. É preciso que a escola faça a diferença aceitando as múltiplas realidades familiares, levando em conta que nem todos pensam da mesma maneira.

“A escola é um espaço de encontro – de múltiplos sujeitos, de ideias, de conflitos – dos diferentes, dos que pensam diferente e de negociação – dos conflitos, das múltiplas ideias.” (AZEVEDO, MENDONÇA, 2012) torna-se importante ter presente que os alunos vão para a escola não somente para estudar, mas sentem-se seguros para desenvolverem amizades, conversarem, dispor do espaço para uma convivência que não é possível em outros lugares.

Considerando que na escola é importante “promover processos educativos capazes de formar sujeitos de direito” (CANDAU, 2012) faz-se necessário repensar

as práticas cotidianas e o que deve ser feito para atingir a todos os envolvidos no processo educacional a fim de se apropriarem dos seus direitos.

Ainda está muito presente na nossa realidade a violação dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que está surgindo um novo olhar. Os alunos são sujeitos de direito, portanto deve haver o respeito a todas as diferenças. O direito é uma construção realizada ao longo do tempo, mas nem sempre foi assim. Pelos estudos já realizados, na lei há um significativo avanço. No entanto, para se chegar ao cumprimento do direito de fato, ainda existem, na própria escola, muitas mudanças a serem feitas. Os direitos humanos devem ser internalizados, não basta existirem as leis, é de suma importância refletir sobre as práticas.

Há práticas tão arraigadas no cotidiano da escola que ferem o princípio do direito; é somente com a observação, a escuta e participação das pessoas que pode-se fazê-las refletir sobre as práticas.

Não faz muito tempo, era comum ouvirmos piadinhas discriminatórias envolvendo cor, deficiências físicas ou outras particularidades. Esse fato diminuiu, mas ainda se percebe nos alunos. Eles escutam em casa comentários dos pais ou familiares e, nos momentos de raiva, ou simplesmente para gozação quando estão na rodinha de conversa, têm que achar alguém para fazer piada. Surgem, então, os conflitos, ou aqueles que são motivo de piada calam-se, gerando revolta. Se os professores e gestores não estão atentos, estas situações vão se agravando. A exclusão desses sujeitos vai, aos poucos acontecendo, pois não conseguem se socializar, sentem-se incapazes, influenciando também na aprendizagem.

Os meios de comunicação estão abordando em seus programas, as questões de gênero e demais diversidades, a escola deve aproveitar para realizar discussões em sala de aula. Com a conversa e reflexão destes temas, os alunos vão formando suas opiniões, alicerçados em textos que dão uma visão mais clara do assunto.

Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola. (HEILBORN, 2009. p. 32)

Torna-se necessário e essencial o tema diversidade na escola, para que aconteça a inclusão e os alunos saibam dialogar, aprendam e convivam com o

respeito acima de tudo. As famílias muitas vezes vêm questionar ou cobrar determinadas posições da escola. Deve-se lembrar que não podemos simplesmente nos calar diante de um caso de discriminação. A escola precisa defender aqueles discriminados, cumprindo com o seu papel em favor dos direitos humanos.

A possibilidade de alguma reação negativa não deve ser motivo de inércia ou omissão que involuntariamente contribua para a perpetuação de um quadro grave de opressão. Se não lançarmos mão de nossas competências pedagógicas e didáticas para lidar com este tema, continuaremos legitimando o preconceito, a discriminação, as hierarquias de gênero e a violência homofóbica nas escolas. (HEILBORN, 2009. p. 173, 174)

A educação é uma das formas de erradicação ou diminuição da pobreza, os alunos, ao se apropriarem do conhecimento, tornam-se capazes de lutar pelos seus sonhos, passam a acreditar mais em si mesmos. Quanto mais incentivo e sucesso vão tendo, mais coragem tem para superar as dificuldades.

As leis do nosso país colocam a educação como um direito do cidadão e dever do Estado. Na sociedade atual, cada vez mais, torna-se necessário o acesso à educação para que as pessoas exerçam de forma mais plena, sua cidadania.

Conforme Cury (2007), a educação escolar é um bem público, sendo assim, devem ser dadas condições para que todos tenham acesso – financeiras, legais e qualitativas. O papel do gestor escolar é, frente às leis, assegurar o direito do cidadão ao acesso, permanência e sucesso à educação.

O ensino fundamental tornou-se, perante a lei, um direito público subjetivo, portanto, o Estado deve oferecer de forma gratuita e zelar para que seja cumprida a lei pela família e escola. É nossa função, enquanto escola, buscar os alunos com problemas de frequência, tentando um diálogo com a família e orientar para a solução de algum problema que possa estar ocorrendo. Se não for possível alcançar resultados por este caminho, deve-se buscar os meios legais que amparam a escola e os alunos.

“A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória” (DIAZ BORDENAVE, 1994). Para que haja participação, é necessário reconhecer as diferenças existentes, pois a democracia se faz pelas diferenças, ocorrendo a participação plena dos sujeitos. O diálogo é a ferramenta para se chegar à participação. É necessário ouvir os grupos que formam

a Escola, suas dificuldades, seus anseios e seus sonhos. Assim, todos sentir-se-ão parte integrante, incluídos e atores da própria história.

A participação é importante para os alunos tornarem-se autônomos, para que saibam discernir entre a simples obediência sem reflexão e aquilo que se faz porque há um limite, em que se precisa respeitar o outro como pessoa; assim, à medida que os alunos vão exercitando a autonomia, com a mediação do professor, estão se apropriando de sua cidadania.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para realizar a prática, tomei como base metodológica a pesquisa-ação que, segundo Tripp, “é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos.” (2005).

Nessa pesquisa foi necessário identificar o que os alunos entendiam sobre participação, escutá-los sobre como resolver os conflitos existentes e, com base nas respostas ir ampliando as discussões, os questionamentos para melhorar ou modificar o que não estava bom.

Quando passei a realizar a pesquisa, fui me aproximando dos alunos (eu não tinha maior contato com os alunos dos anos finais), vendo seus problemas, o que os incomodava, tendo uma visão diferente da realidade, dentro das dimensões que Franco (2005) relaciona, ou seja, a dimensão oncológica (a natureza do objeto a ser conhecido), dimensão epistemológica (como) e dimensão metodológica.

A comunicação, a escuta foram essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos. Os alunos colocavam aquilo que os incomodava, um falava, o outro complementava. Numa visão dialética, as relações foram se aprofundando, os alunos muitas vezes se dando conta do que não estava bom e as causas. Foi um importante passo para o início de algumas mudanças.

Seguidamente éramos chamadas nas salas de aula, pois alunos e professores estavam se confrontando, ou aconteciam situações de descuido com o prédio ou mobiliário da escola. Notávamos um clima de tensão entre alunos e professores. Eram momentos difíceis que tínhamos que contornar.

Aos poucos, após os estudos que eu vinha fazendo no curso, íamos conversando em nossas reuniões de equipe e nos dando conta de que tínhamos que mudar as formas de tratar estes assuntos. Como eu deveria escolher um tema para desenvolver no curso, dentro do Projeto Político Pedagógico da escola, conversei com as colegas gestoras para repensarmos a participação dos alunos na elaboração das regras. Sabia que seria um longo trabalho, com resultados a médio e longo prazo, mas tínhamos que fazer algo para modificar a realidade que ali estava. Várias vezes utilizei a expressão “não somos policiais para ficar vigiando o que os alunos fazem”.

Devido ao curto espaço de tempo para desenvolver o trabalho, optei por iniciar fazendo um questionário com os alunos da Escola, do 6º ao 9º anos, por

serem os que, em maior número, apresentam dificuldades em cumprir normas, seguidamente entravam em atrito com outros colegas, professores, faziam atos de depredação do patrimônio público, muitas vezes encontravam-se do lado de fora da sala de aula, quando deveriam estar participando das aulas.

Após fiz a tabulação das respostas para ser feita análise com um grupo de alunos. Os alunos tiveram, em sua maioria, interesse em participar, seguidamente perguntavam quando nos reuniríamos para tratar do assunto da participação. Fizemos o primeiro encontro para analisarmos conjuntamente as respostas do questionário em uma sala da escola. Reuni dois alunos de cada turma, no turno da manhã para discutirmos as respostas das questões. Anotei os comentários feitos, intercalando com indagações acerca das opiniões emitidas. O segundo encontro ocorreu com os alunos do turno da tarde, também com dois de cada turma. Gravei parcialmente em vídeo a conversa. Analisei o resultado desses encontros, escrevendo apontamentos para elaboração de um texto. A ideia é como próximo passo, juntar o grupo novamente para levar ao conhecimento a síntese das discussões e pensar como podemos melhorar o aspecto da participação e das regras que muitos têm dificuldade em cumprir.

Ao mesmo tempo, foi sendo articulado um Grêmio Estudantil, com estudos e reuniões com alunos, a elaboração do Estatuto e as eleições.

4. A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA ESCOLA

Considerando que a escola deve “promover processos educativos capazes de formar sujeitos de direito” (CANDAUI, 2012), faz-se necessário repensar as práticas cotidianas e o que deve ser feito para atingir a todos os envolvidos no processo educacional a fim de se apropriarem dos seus direitos.

Nesse sentido, busquei ampliar as questões referentes à participação dos alunos na escola. Foi um processo iniciado ainda em 2014, quando tive que pensar sobre um tema a ser implementado, dentro do Projeto Político Pedagógico da escola para o Curso de Especialização de Gestores que havia iniciado.

No decorrer do trabalho, fui analisando, conversando e, através das leituras realizadas foi possível perceber as modificações que poderiam ser realizadas. Os alunos, quando eram convidados a participar de alguma discussão ou melhoria na escola, foram se dispondo com mais facilidade, mostrando-se receptivos, trazendo ideias. Eis a importância de pensar a prática, de realizar pesquisa para aperfeiçoar aquilo que não está indo bem.

Quando havia algum problema envolvendo alunos, comecei a questionar as práticas vigentes, de imposição de normas estabelecidas pelos docentes e direção. A reflexão juntamente com as demais integrantes da equipe gestora a partir do que vínhamos estudando e debatendo no curso passou a fazer parte das nossas ações e conversas com alunos, pais e professores para a resolução de conflitos.

“[...] sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.” (DIAZ BORDENAVE, 1994, p. 16).

4.1. A participação na ótica do aluno

Quando fui procurar a definição de participação, no dicionário eletrônico, encontrei uma definição muito restrita, em comparação a tudo que os alunos haviam colocado. Encontrei no texto de Ferreira (2011) uma definição mais abrangente, que vinha ao encontro dos meus anseios:

Assim, Ferreira (2004) classifica o verbete participar como: a) informar, comunicar; b) ter ou tomar parte em; c) ter parcela em um todo, ou receber, em divisão ou em partilha, parte de um todo. Já segundo Schulz (2007) “participar é falar e ouvir, é ter a palavra e dar a palavra.” (p. 16). Por seu turno, Melucci (2001, citado por Martins, 2010), define participação como “tomar a parte, isso é, agir para promover os interesses e as necessidades de um ator; mas também fazer parte, reconhecer o pertencimento a um sistema, identificar-se com os interesses gerais da comunidade”. (FERREIRA, 2011, p. 142-143).

Para ter uma ideia mais exata do que sabiam do assunto, elaborei cinco questões para serem respondidas pelos alunos do 6º ao 9º anos, na faixa etária entre 11 e 17 anos, sendo que 138 alunos responderam as questões. Entrei nas salas de aula, expliquei que cada um respondesse individualmente o que sabia do assunto, colocando o seu nome. Alguns não identificaram sua folha de resposta.

As questões a sem respondidas foram as seguintes:

- 1 – O que você entende sobre participação?
- 2 – Como você pode participar das decisões da escola?
- 3 – De quem é a responsabilidade e criar as regras da escola?
- 4 – Você gostaria de participar da construção de regras de convivência na escola?
- 5 – Quais as sugestões que você daria para melhorar a participação dos estudantes na escola?

Através destas questões foi possível fazer um diagnóstico para identificar o que os alunos sabiam do assunto e como entendiam que ocorre a participação na sala de aula, na escola e na elaboração das regras de convivência.

Para melhor apresentar os resultados, dividirei o capítulo em cinco subcapítulos, onde apresentarei alguns relatos analisados das respostas dos alunos.

Primeiramente, abordarei o que eles entendem sobre a participação, ou seja, o conceito na visão do aluno. Em seguida, discorrerei a forma como eles identificam a sua participação nas decisões da escola. Usarei o próximo tópico para identificar e comentar quem os alunos acham que tem a responsabilidade de elaborar as regras da escola. Em outro tópico importante abordarei o interesse dos alunos em participar da construção de regras de convivência. Para finalizar, apresentarei as sugestões dos alunos para melhorar a sua participação na escola.

4.1.1. Como numa coreografia, onde todos precisam fazer direito

Ao analisar as respostas do questionário que havia feito nas turmas, pude constatar que a maioria já possui uma noção sobre o que é participação, à medida que as turmas mais avançadas (8º e 9º anos), vão se apropriando do seu espaço.

Os alunos, quando perguntados sobre o que entendem por participação (primeira questão), responderam que participação é algo que precisa ser feito em grupo, cada um tem que dar seu voto, “doar” sua parte, é envolvimento, opiniões e decisões diferentes, para um todo melhor, ajudar, concordar com as decisões, ter uma pessoa que interage em todas as coisas que tem em volta, apoiar, se oferecer para ajudar, projeto onde todos dão suas opiniões e trabalham juntos. É, por exemplo, participar de um time, fazer parte na organização, é bom para fazer novas amizades. Ter argumentos, ter vontade de fazer alguma coisa, é união, A partir das respostas, elaborei um texto para depois ser trabalhado com os grupos de alunos a fim de fazermos a análise. “É onde todas as pessoas estão fazendo algo, como numa coreografia, onde todos precisam fazer direito”, ter interesse pelo que acontece ao seu redor e querer contribuir para o ambiente melhorar.

Percebe-se, pelas respostas, que a maioria dos alunos tem noção do que é participação, até pela caminhada que já foi feita na escola, mas falam de uma participação momentânea, muitas vezes de trabalhos pedidos pelos professores em sala de aula.

Alguns, como o exemplo do aluno que coloca em sua resposta “Eu entendo que participação é ajudar, auxiliar, dar a sua opinião para que algo mude ou melhore” (resposta de aluno), já entendem participação num sentido mais amplo, da participação para mudança, transformação. Conforme Bordenave (1995) “a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas,

sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde.” (p. 16)

Os alunos que não querem se envolver ou não sabiam responder a questão, colocaram “Nada”, “Legal, divertido”, “nunca participo de nada”, “Ajudar a escola como varrer”, “Dizendo sim ou não”, “Eu não sei responder essa pergunta” (respostas de alunos). Assim como diz Paro que “a autonomia não pode ser outorgada, mas se desenvolve com a participação do próprio educando, por outro lado, ela não nasce do nada, mas exige a mediação do educador” (2011). Pelas respostas dos alunos, percebe-se que somente envolvendo-se, dialogando e fazendo parte serão capazes de conquistar sua autonomia. Aqueles que não se dispõem a participar, dar sua opinião, não conseguem maior envolvimento não usufruindo de seus direitos.

Quando um aluno coloca em sua resposta relativa à pergunta sobre o que é participação “eu entendo que participação é participar dos exercícios das aulas”, está respondendo algo que é do seu conhecimento, pois até aí, é somente o que ele sabe fazer, não lhe foi dado ainda o espaço da participação.

Ao se apropriarem do saber sistemático e tendo espaços de participação tornam-se aptos a transformar a sua realidade ou pensa-la de maneira diferente, capazes de lutar por seus direitos, concorrendo de forma mais igualitária por empregos e melhores condições de vida.

4.1.2. Tomando atitude de querer participar

A segunda questão “Como você pode participar das decisões da escola”, serviu de base para os alunos responderem. As respostas foram variadas, como algumas colocações: dando ideias e opiniões para melhorar em algumas coisas, estando por dentro de tudo, participar nas reuniões que a escola oferece, interagindo com as demais pessoas do grupo, ajudando e orientando os colegas, colaborando e cumprindo as regras, dialogando, reunindo-se com os professores e demais colegas, dizer as coisas boas que a escola oferece, entrando para o Grêmio estudantil, em reuniões. Tomando atitude de querer “participar”, poder ajudar a melhorar a convivência na escola, dialogar com as pessoas, dando sugestões para a direção, sendo prestativo, responsável. “Eu posso participar se alguém me convidar, porque eu tenho muita vontade de participar de alguma coisa da escola, ajudando, não

sujando as classes e o pátio, etc,” (resposta de aluno). “Já estou participando da comissão eleitoral do Grêmio, mas posso participar e ajudar em tudo que for pra melhor.” (resposta de aluno).

Alguns alunos, com uma ideia mais ampla de participação colocaram que podem ajudar sendo líder de uma turma ou presidente do grêmio estudantil da escola, citaram o conselho de classe com alunos e pais. Ferreira (2011), apoiada em Garcia (2006), coloca

“que a promoção do diálogo com os educandos e suas demandas, leva-os a vivenciar situações de pertencimento, elevação da auto-estima e desejo de cooperação e, por vezes, o reconhecimento de sua própria condição de sujeitos de direitos.” (FERREIRA, 2011)

Outros, colocaram-se na posição mais cômoda de aluno obediente e comportado, colaborar, não brigar, indo nas festas ou comemorações, sendo estudioso, pedindo com educação se eu posso participar, ter recreio longo., sendo querido, estudar bastante, reconhecendo as coisas de uma forma que todos aceitam, obedecendo os professores. “Eu não sei responder essa pergunta, eu não sei como participar, eu não queria.” (resposta de aluno). Conforme Ferreira (2011), a escola deve propiciar momentos em que os alunos participem, dando suas opiniões, dessa forma vão desenvolvendo um pensamento crítico da sua realidade. Na escola, os alunos estão conquistando seu espaço de participação, que vai sendo ampliada no decorrer de sua trajetória escolar.

4.1.3. Todos queremos uma escola boa

Na questão 3 “De quem é a responsabilidade de criar as regras da escola? Por quê?” separei as respostas por grupos.

Do total de respostas, 72 alunos responderam que a responsabilidade é somente da direção da escola, com argumentos variados mostrando que eles ainda não tem abertura suficiente para sentirem-se em condições de participar, veem a direção como quem comanda, é a lei maior da escola, tem uma visão melhor do que ocorre, é a encarregada de tudo, assumiu tal responsabilidade, coordena, foi eleita para isso. “Hoje é da diretora, porque os alunos são muito bobos, mas isso pode

mudar, é só falar a realidade do assunto.” É uma pessoa colocada num cargo melhor, porque é ela que comanda a escola e tem que criar regras para os alunos não fazerem ao contrário, tem que manter a escola nos “trilhos”, ela é quem tem mais experiência com a escola, é autoridade na escola, sem as regras a escola estaria mal organizada, Estas respostas dão uma clara dimensão de que temos que oportunizar mais momentos de participação e diálogo com os alunos.

Um grupo de 21 alunos respondeu que a responsabilidade é de todos, devemos respeitar as regras para que não haja problemas nas salas, não adianta ter regras se não as cumprimos, queremos uma escola boa. E sem regras, ela não seria boa, já que todos precisam cumprir regras, todos têm o direito de argumentar, regras é uma forma de respeito, somos nós que convivemos aqui, devemos criar as regras de uma maneira que seja posto a opinião de todos, mas sempre obedecendo as regras de alguém de um cargo acima, se nós temos uma boa opinião temos que falar. Todos terão que cumprir, pois todos estão na escola e sabem o que é melhor para ela. Da diretoria e acho que algumas regras podiam ser tiradas, em algumas regras os alunos podem dar sua opinião.”

Alguns alunos opinaram de que professores e diretores devem fazer as regras, “pois alunos não precisam se meter nisso”. Equipe diretiva, algumas como o CPM e outras, por toda comunidade escolar, Grêmio Estudantil. Das professoras e pais, por que as professoras são as responsáveis pelos alunos, são mais experientes e sabem o que é melhor para os alunos, eles mandam e ensinam, veem o que os alunos fazem de errado.

Entre os oito que afirmaram que somente os alunos devem elaborar as regras, apoiam-se no fato de que estas serão melhor observadas e realmente cumpridas, pois precisam saber o que querem, tem que fazer sua parte, muitas vezes fazem coisas que prejudicam a escola, cada um faz sua parte e ajuda a quem precisa, se cada um fizer suas próprias regras, também terá que obedecer-las. Os alunos vêm pra estudar, crescer, e talvez um dia criar as regras.

A elaboração das regras na escola implica em desafios diversos, pois leva os alunos a pensarem, faz com que nós, professores, tenhamos um outro olhar sobre o assunto, que nem sempre precisamos estar nos confrontando com os alunos. Se eles participam na construção das regras, têm mais compromisso, também estaremos ensinando através da prática a cidadania.

“pode-se dizer que governo se impõe, disciplina se ensina. Todavia, essa imposição implícita nas regras “intocáveis” e “inflexíveis” do governo não é de modo nenhum incompatível com a autonomia do educando, visto que essas normas também são históricas (ou seja, criadas pelos homens na produção social de sua existência) e, nesse sentido, nada arbitrárias. É inerente a toda sociedade, em especial a sociedades democráticas, o estabelecimento de regras de convivência, de tal modo que algumas sejam consideradas “pétreas”, especialmente aquelas destinadas à promoção e preservação da integridade física e social. (PARO, 2011).

Portanto, à medida que proporcionamos a participação através do diálogo, os alunos vão percebendo que nem tudo deve ser do jeito deles, que há limites e o direito do outro deve ser respeitado. É importante que consigamos construir coletivamente as regras de convivência, para que os alunos sintam-se parte do ambiente escolar, sabendo que participaram das discussões e foram ouvidos em suas colocações. Essa participação também é uma forma de ajudá-los a exercer a sua cidadania. Apesar desta busca, ainda há muito que caminhar para que o diálogo prevaleça sempre, pois ainda há professores autoritários, pais que não conseguem impor limites e alunos que não respeitam as combinações para uma melhor convivência.

4.1.4. Queria dar umas dicas para melhorar as regras

Quando perguntados se gostariam de participar da construção de regras de convivência na escola, 37 alunos responderam “Não”, enquanto 89 responderam “Sim”, 6 alunos responderam “Não sei”, 2 disseram “Talvez”. Muitos complementaram suas respostas, colocando que gostaria muito, seria interessante opinar e ouvir a opinião dos outros, para ajudar em tudo, “assim todos sabem o que se passa na cabeça de cada um”, “tenho algumas coisas na minha memória que poderiam ser feitas”, queria dar umas dicas para melhorar as regras, tem coisas que os alunos tem visão e a diretoria não, para ouvir e saber a opinião dos demais, poderiam opinar. Nunca participou, mas se tivesse chance, sim, porque na escola não tem muitas dessas regras, principalmente na sala de aula, seria “genial”, uma “experiência legal”, varias coisas deveriam ter a opinião dos alunos.

Entre os que colocaram “não”, usaram vários argumentos para complementar, justificando que isso é uma coisa que somente diretores e professores decidem, não

está interessado no momento, tem medo de tomar decisões erradas para escola, deve ser trabalhoso, “não sou necessário para isso”, não é bom em criar regras. Estas justificativas revelam a importância de desenvolver novas competências, sendo necessário oportunizar momentos diferenciados de participação, pois “deve constituir-se como processo pedagógico, [...] ouvir, esforçar-se para fazer ouvir, [...] fazer-se compreender, acolher a ideia do outro como legítima, defender uma posição, ganhar, perder”. (Azevedo, Mendonça, 2012, p. 5). Os alunos, no decorrer do processo vão sentindo a necessidade de colaboração com os demais se são chamados a dar a sua opinião ou discutir determinadas regras.

4.1.5. Mas seria bom fazerem coisas cativantes

Nota-se que há uma preocupação por parte dos alunos em participar, como houve uma grande abertura para que eles possam dar suas opiniões, sentem a necessidade de algumas modificações, as quais ficam evidentes nas respostas da questão 5, “Quais as sugestões que você daria para melhorar a participação dos estudantes na escola?”

Quadra coberta, grade para evitar que a bola vá parar na igreja (este fato ocorre seguidamente, quando os alunos estão jogando futebol na quadra, alguém chuta a bola muito forte ou para cima, caindo no telhado ou quebrando os vidros da mesma). Integrar os alunos para uma atividade prática, mais integrações entre as turmas, debates, conversas.

Alguns alunos colocaram que a participação melhora os estudos, de fazer com que gostem de estudar, mais trabalhos envolvendo a escrita e a leitura. Preocupam-se com a sua formação ao longo do tempo, sabendo da importância da participação.

Outros alunos colocaram que não têm nenhuma ideia, suas sugestões não são ouvidas. “Mas seria bom fazerem coisas cativantes e que dessem vontade de participar.” Há alunos que, “por motivos diversos como timidez, medo de reprovação, falta de argumentos, insegurança, entre outros, evitam se exporem para não se sentirem ameaçados.” (TASHIRO, TRUFEM, 2009, p. 9)

Os estudantes gostariam de algo mais agitado, como uma música no recreio, campeonatos de vários esportes, gincanas, ter venda de lanche mais vezes (tem uma vez por semana), melhorar a higiene do banheiro. Que as refeições escolares

sejam melhor preparadas, não sujar a classe, usar boné dentro da sala. Estimular a participação, união entre equipe diretiva, funcionários, professores e alunos. Sentem que precisam reunir-se em grupos, fazer reuniões com a direção, para debater as normas, ter mais respeito, colaboração, amizade e diálogo. Estas sugestões mostram que os alunos querem orientação, apesar de quererem opinar, sem aceitar as regras por imposição.

É diante de uma situação que possa constranger o jovem que o educador e os pais devem mostrar-se aliados, amigos dispostos a auxiliá-lo a enfrentar a situação, pois são mais experientes. Mas também devem apresentar a eles os limites existentes em uma situação e mostrar-lhes a necessidade de tomar decisões dentro de seus limites. (TASHIRO, TRUFEM, 2009, p. 9)

As mais sugeridas foram atividades diferentes e de integração entre alunos, como ter mais viagens de estudos, atividades fora da aula, ao ar livre, brincadeiras, em grupo, gincanas para integrar as turmas e criar laços de amizade, assistir filmes, usar a sala de informática uma vez por semana, festinhas para a comunidade escolar, atividades culturais.

Uma citação recorrente dos alunos refere-se ao respeito e outras atitudes do dia-a-dia de sala de aula, que os incomodam, como sugerem: ter coragem, capricho, respeito e prestar atenção, não maltratar os colegas, colaborar conversando menos em sala, dar opiniões, não jogar lixo no chão, não “matar” aula, não desacatar professores, funcionários entre outros. Não agiriam daquela maneira, apenas alguns colegas demonstram determinados comportamentos, gerando conflitos com colegas, professores ou a direção da escola.

”Poderia ser feita uma caixa onde todos colocariam uma ideia e os diretores escolhessem.” “Tenho muitas sugestões, mas creio que a maior seria que os alunos pensassem no meio ambiente cuidando da escola, do local onde vivem, não jogando lixos, não depredando, pois isto é o básico e vejo que não temos isso” (respostas de aluno).

Algumas das sugestões a seguir são no sentido de modificar o currículo, o qual pode, em certas situações, ser repensado na elaboração dos planos de estudo, desde que atendidas as normas legais: aulas livres (pátio), diferenciadas, de tópicos interessantes e colaboração dos alunos, Educação física mais longa, mais recreio,

mais brincadeiras. Que as reuniões sejam em horário de aula (as reuniões de professores acontecem após o horário de aula).

Sugestões relacionadas à sala de aula, com ideias para melhorar a aprendizagem, conversar mais, ouvir os alunos. Ajudar os alunos a se destacar, dar mais explicação e participação das ideias da direção aos alunos.

“Eu daria as sugestões que eles, os professores devem ligar para os pais ou botar ordem no pedaço, deixar primeira semana sem recreio, pegar aqueles que querem e os outros passar continhas”. Nestas últimas, percebe-se a influência da família. Em outras respostas, entende-se a necessidade de integração entre as turmas, atividades variadas para melhorar a convivência e as relações entre todos. As respostas evidenciaram suas ideias, sabem das limitações e suas sugestões são no sentido de melhorar e ajudar a escola para ter uma educação com mais qualidade.

4.2. REUNIÕES COM GRUPOS DE ALUNOS: OS RESULTADOS

O diálogo com os alunos torna o ambiente escolar mais acessível e atraente à medida que são ouvidos em suas angústias. A próxima etapa do trabalho foi a leitura e discussão em grupo das respostas apresentadas. Fiz a tabulação das respostas para analisar com um grupo de alunos. Os alunos tiveram, em sua maioria, interesse em participar, seguidamente perguntavam quando nos reuniríamos para tratar do assunto da participação. No primeiro encontro, reuni em uma sala da escola, dois alunos de cada turma, no turno da manhã para analisarmos conjuntamente as respostas do questionário. Este grupo mostrou-se muito participativo, à medida que liam as respostas do questionário, intercalando com comentários; como falavam muito rápido, consegui anotar algumas falas. No início mostravam-se tímidos, mais calados. À medida que os incentivava a exporem sua opinião, foram participando. Sobre o que é participação concluíram que é interagir, dar sua opinião quando perguntado, ajudar com a organização de atividades ou eventos, opinar, colaborar e estar disposto. Cabe à escola “avançar, para a apropriação de informações, a plena atuação nas deliberações” (MEDEIROS, LUCE, 2006, p. 3) oferecendo condições aos alunos de se apropriarem de outros níveis de participação.

Quando passamos a analisar a segunda questão, uma aluna questionou o uso do uniforme, pois alguns alunos ainda não utilizam. Argumentei que a escola não pode obrigar, mas foi uma decisão da Assembleia de pais no início do ano. Outro aluno sugeriu que seja feita uma reunião com os alunos para discutir o assunto. Uma aluna achou importante haver reunião dos líderes de turma com a direção para saber o que acontece na sala de aula. Outras sugestões que o grupo julga essenciais são os conselhos de classe com todos os alunos (nem sempre é realizado com a turma junto), comentaram que a direção deve interagir com os alunos, não somente resolver conflitos.

Outro assunto polêmico levantado foi sobre o celular na sala de aula. Não houve um consenso. Uma aluna falou que uma determinada professora vê o aluno usando celular na sua frente e faz de conta que não vê. Outros não viam problema no seu uso. Acharam que não pode ficar tocando a qualquer momento. Perguntei o que eles achavam que deveria ser feito e disseram que deveria ser recolhido. “Às vezes só dá um toque, o aluno esqueceu de desligar e a professora já recolhe”. É um assunto polêmico entre os professores também, muitos estão aprendendo a conviver com as tecnologias da informação, sendo necessário repensar, fazer leituras sobre o assunto para não cometermos injustiças e deixarmos de utilizar ferramentas disponíveis para tornar as aulas mais atraentes aos alunos.

Na terceira questão, foram unânimes em afirmar que toda a comunidade escolar é responsável por criar as regras, se os alunos participam, sentem-se comprometidos. Uma aluna voltou a falar do uniforme, há alunos que não usam porque não participaram das discussões. “Muitos não mostram o uniforme” “Como? É, deixam por baixo do casaco...” Citou sobre a punição: “ não ter recreio... levar pra direção. Direção precisa ligar pros pais, registrar em ata”. Nesta parte, , foram se manifestando com várias ideias. Sugeriram para ter uma meta: mais que três vezes sem uniforme, registrar num livro exclusivo, na quarta vez, ligar para os pais comunicando e na quinta vez, chamar os pais na escola. Aproveitaram o momento para levantar outras questões como o comprimento da roupa para Educação Física (as meninas deveriam usar bermudas com três dedos acima do joelho) . Uma aluna comentou que devem usar roupas próprias para o ambiente escolar “Se a gente vai numa festa, pode ser uma roupa mais curta, barriga de fora. Na escola... é ambiente de trabalho”; “Saia sem short por baixo chama atenção, tem que cuidar”. Mas é uma participação pontual, de assuntos polêmicos em que mostraram sua indignação.

Quando têm que opinar, querem que a norma seja cumprida e ajudam a encontrar alternativas. Sugeriram também: “Fazer reunião com alunos, alunos poder expor suas ideias” “Ninguém escuta...”.

O uso do celular foi novamente discutido, sugeriram ter uma caixinha na sala e os alunos colocarem os celulares dentro. “Toca celular, colocar dentro”, “Aí, troca de professora, alguém mexe na caixinha...” A preocupação, nesse caso, seria de que poderia sumir algum aparelho, não tendo um professor responsável na troca de períodos. É uma forma simples de participação, mas é na vivência, nas discussões que vão aprendendo a questionar, argumentar e formar seu caráter. Devido ao grande número de respostas que foram analisadas e as discussões que surgiram, neste encontro não conseguimos discutir as outras duas questões.

O segundo encontro ocorreu com os alunos do turno da tarde, também com dois de cada turma. Gravei parcialmente em vídeo a conversa. Este grupo mostrou-se menos participativo, não argumentaram muito, até pelo fato de estarem sendo filmados. “[...] a participação [juvenil] é afetada por fatores que decorrem das relações de poder e hierarquia que existem entre as jovens gerações e adultos, as quais podem funcionar como obstáculos para a construção de espaços de participação.” (Ferreira, 2011).

A ideia é como próximo passo, juntar o grupo novamente para levar ao conhecimento a síntese das discussões e pensar como podemos melhorar o aspecto da participação e das regras que muitos têm dificuldade em cumprir.

A Escola é uma referência para os alunos, o local de convívio social, onde podem brincar, conversar, muitas vezes sendo o único espaço de diálogo. Muitos quase não conversam com a família durante a semana, ou devido ao trabalho dos pais, ou devido a conflitos no lar.

“A relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada, [...] por se acreditar que a participação da família é condição necessária para o sucesso escolar” (Oliveira, 2002, in Oliveira, 2010. p. 102-103).

O diálogo no ambiente escolar deve estar presente nas relações para tornar o ambiente agradável ao convívio de todos, onde aprendam o respeito às diferenças de cada um.

A sala de aula é o espaço mais importante da escola, onde acontece a construção do conhecimento e o aluno vai desenvolvendo suas competências e habilidades. É neste espaço que, muitas vezes, acontecem os conflitos.

Entre os professores, em suas práticas pedagógicas, ainda se percebe um ranço de práticas discriminatórias. Não é fácil para os que atuam há mais tempo aceitarem determinadas situações, até pela formação que tiveram. Os alunos fazem, às vezes, perguntas para ver a reação e a resposta dos professores, ou têm atitudes que não estão de acordo com as regras da escola. A realidade vai mudando e, se o professor não acompanha esta transformação, comete injustiças. O professor tem a função de ser mediador em seu trabalho, sanando as dificuldades encontradas, enquanto os gestores são apoiadores para os objetivos serem alcançados. A formação continuada, as reuniões pedagógicas com estudo da lei, palestras, cursos são opções para a atualização e apoio na busca da participação e do diálogo para formar sujeitos autônomos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os estudos e reflexões realizados no decorrer do curso foram um importante subsídio para se colocar em prática a gestão democrática na escola. A realização do questionário nas turmas foi uma forma de participação, de escuta dos alunos que puderam expressar-se nas questões básicas como as atividades realizadas na escola, puderam opinar quanto às decisões sobre as regras. As reuniões com os grupos de alunos propiciaram um momento de escuta dos seus anseios e a sua visão sobre as decisões tomadas na escola, mostrando que têm muito a contribuir, é nesse diálogo que se formam opiniões, ocorrem transformações e aprendizados, com uma escola capaz de cumprir com a sua função.

Após a realização do trabalho a participação dos alunos deve ocorrer na escola para atender um dos requisitos da gestão democrática que está assegurada em Lei; a participação dos alunos no âmbito escolar ocorre ainda de forma tímida, necessita proporcionar momentos de diálogo envolvendo todas as ações pedagógicas, nas resoluções de conflitos e elaboração de regras.

Pelo questionário analisado, ficou clara a visão dos alunos que participação é interação, envolvimento do grupo em torno de um objetivo e na tomada de decisões, participar das programações na escola, do Grêmios Estudantil, trabalhar juntos, apresentar sugestões.

Na análise de como podem participar, os alunos sentem necessidade da participação nos vários aspectos, cumprindo regras, tomando parte nas reuniões, no Grêmios Estudantil, compartilhando, na liderança de turma, no conselho de classe, dialogando na resolução de conflitos.

Em relação à participação mais ampla, pude perceber que devem ser proporcionados espaços de atuação, através do diálogo serão capazes de ajudar a resolver problemas, facilitando o relacionamento entre os professores e alunos,

melhorando a aprendizagem, ao mesmo tempo, vão tornando-se autônomos para que possam viver como sujeitos de direito.

Ao finalizar este trabalho não tive o intuito de definir ou questionar qual tipo de participação os alunos estão tendo, pois foi necessário num primeiro momento, instigar a participação, para saberem que têm o direito e, a partir disso, conquistar seu espaço. A participação em um nível mais aprofundado vai acontecendo com a apropriação dos espaços por todos os envolvidos no processo educacional.

Estão sendo elaborados e colocados em prática projetos que visam o zelo pelo ambiente físico da escola, os espaços diversificados estão tornando o pátio um local aprazível, onde os alunos conversam, há os bancos que eles mesmos foram desafiados a arrumar. Estão aprendendo, no diálogo, que não é necessário ter cercas na pracinha, há os momentos em que a turma vai brincar lá e que a pracinha com brinquedos para as crianças menores (de plástico) não deve ser usada pelos alunos maiores. Já é um avanço, não nos sentimos tanto “vigias”.

A visita às famílias é um objetivo a ser colocado em ação, no entanto ainda encontramos resistência, inclusive da equipe pedagógica da escola. O conhecimento da realidade local é fundamental para que se crie um vínculo maior com os alunos, principalmente aqueles que apresentam dificuldades de relacionamento. Conhecendo melhor a comunidade identificamos as dificuldades enfrentadas pelas famílias, e pode-se pensar uma identidade da escola na elaboração do Projeto Político-pedagógico.

A comunidade escolar, quando é chamada, participa com opiniões, ideias ou programações que acontecem. Alguns pais não costumam aparecer, quando vão à escola, não se identificam como parceiros, apenas fazem reclamações ou defendem seus filhos diante de uma situação que deveria ser de cumplicidade para favorecer a aprendizagem. A escola está aberta às sugestões e críticas, pois são necessárias para agirmos de forma diferente visando transformações mais profundas.

Após este trabalho, a reorganização do Projeto Político-pedagógico da escola deverá obrigatoriamente contar com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, contemplando, assim, a gestão democrática da e na escola.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, Graziela Z. ; HERNANDES, Elianeth D. K. **Concepções de Gestão e Vivência da Prática Escolar Democrática**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 144-162, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36147/23335>.

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e Cotidiano Escolar: a escola como prática de participação**. In: Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012, Brasília. Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012..Disponível em http://www.simposiodemodern.unb.br/mesas/8_mesa/Azevedo%20e%20Mendon%20c3%A7a%20Democracia%20e%20cotidiano%20escolar.pdf
http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/_democracia_e_cotidiano_escolar_-_a_escola_como_possibilidade_de_participacao.pdf.

BOMBASSARO, Luís Carlos. **Educação, Ética e Direitos Humanos**. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Sala_Topicos_Especiais/Prefacio.pdf.

DIAZ BORDENAVE, Juan Enrique . **O Que é Participação?** 6ª ed., Ed. Brasiliense, São Paulo, 1995.

CANDAU, Vera M. F. **Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos**. Educ. Soc., v. 33, n 120, jul-set/2012, p. 715-726.

CARBELLO, Sandra Regina Casso; GALINA Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CAREGNATO, Célia Elizabete, MEINERTZ, Célia Beatriz. **Educar Para a Diversidade: viver diferenças e tensionar desigualdades na escola**. In: CAREGNATO, Célia; BOMBASSARO, Luiz(org.). Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013. P. 35 a 59.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação**. RBP AE, v. 23, n. 03, set-dez/2007, p. 483-495.

_____. **O Princípio da Gestão Democrática na Educação: gestão democrática da educação pública**. Gestão Democrática da Educação. Boletim 19, Outubro 2005. Salto para o Futuro TV Escola – Ministério da Educação.

FERREIRA, Adriana dos Santos. **Participação Discente na Escola Pública de Ensino Médio: a perspectiva dos alunos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Processos Sócio-Educativos e Práticas Escolares. UFSJ – MINAS GERAIS JUNHO 2011.

GENRO, Maria Elly Herz. CAREGNATO, Célia Elizabete. **Educação Na e Para a Diversidade: nexos necessários**. In: CAREGNATO, Célia; BOMBASSARO, Luiz(org.). Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013. P. 21 a 34.

HEILBORN, Maria Luiza, ROHDEN, Fabíola. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006, p. 135-141.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2010, v.27, n.1, pp. 99-108. ISSN 0103-166X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf>.

NETA, Antônia Firmina Oliveira. **O Que é Violência Escolar**. Eixo II: Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos. CONAE. Brasília: 2014.

PARO, Vítor Henrique. **Autonomia do Educando na Escola Fundamental: um tema negligenciado**. Educar em Revista. Curitiba, n. 41, p. 197-213, jul/set. 2011.

_____. **A Educação, a Política e a Administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set/dez. 2010.

SILVA, Maria Vieira; LIMA, Lucianna Ribeiro de. **A Participação da Família na Escola – Contribuições à democratização da gestão**. Retratos da Escola, Brasília v. 3, n. 4, Jan/Jun 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/115/304>.

TASHIRO, Jéssica Nardo Vieira; TRUFEM, Sandra Farto Botelho. **Identidade Jovem e Participação**. Pesquisa em Debate, edição especial, 2009.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A Escola em Debate: gestão, projeto político pedagógico e avaliação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

_____. **Projeto Político-pedagógico e Gestão Democrática: novos marcos para a educação de qualidade.** Retratos da escola. Brasília, DF Vol. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109/99>.